



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026- COLIC/SCG/SECONT/SEEC**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**CONTRATANTE/GERENCIADOR:** Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

**CÓDIGO UASG:** 974002

**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis/instalações (abraçadeira, forro modular, revestimento cerâmico, caixa d'água, entre outros similares), para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 1º/07/2026 às 9h30min

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:** aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**ESTIMATIVA GERAL:** PÚBLICO

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 8.165.581,08 (oito milhões, cento e sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta e um reais e oito centavos)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Sumário

1.	DO OBJETO .....	1
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	4
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
8.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	9
10.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	10
11.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA .....	11
12.	DOS RECURSOS .....	12
13.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	13
14.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	14
15.	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	15
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	16

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC/DF**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2026**

**PROCESSO Nº: 04044-00022748/2026-37**

Torna-se público que a **Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF**, por meio da **Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG**, sediada na Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP: 70.075-900-Brasília-DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis/instalações (abraçadeira, forro modular, revestimento cerâmico, caixa d'água, entre outros similares), para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

### **2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SEEC-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SEEC-DF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo V deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

### **2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou

empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital n.º 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.7.1. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que no Termo de Referência constam os itens que estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.2. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até **25 %** (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante de forma que no Termo de Referência constam os itens que estão reservados à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.8. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;

3.8.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada;

3.8.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital n.º 4.611 de 2011.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; **(conforme justificativa constante do subitem 5.3.1 do Termo de referência - Anexo I do Edital);**

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.9.14. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto n.º 39.860, de 30 de maio de 2019).

3.9.15. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se aos executores de contrato que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

3.9.16. A vedação do subitem 3.9.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

3.9.17. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

3.9.17.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

3.9.18. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital.

3.9.19. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer n.º 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.9.20. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de agente público (alterado pelo(a) Decreto n.º 37.843/2016);

3.9.20.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto n.º 37.843/2016); ou

3.9.20.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade

responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

- 3.9.21. A vedação de que trata o item 3.9.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.9.22. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.9.23. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.9.24. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 3.9.25. Pessoa física.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte a deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.7. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.8. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.9. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.10. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estabelecido no Termo de referência - Anexo I do Edital;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data prevista para abertura da licitação.
- 6.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.7. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:
- a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
- b) apresentar o preço unitário e total de cada item ofertado, em moeda corrente nacional, constante do Termo de Referência, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) conter a indicação de todas as **características dos produtos cotados**, com especificações claras e detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital, de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de pessoal alocado na execução do contrato, materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, de acordo com o modelo de proposta constante do Anexo II deste Edital. (Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *Comprasnet* e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas);
- d) as especificações detalhadas, de forma a demonstrar que atendem as especificações do objeto constantes deste edital;
- e) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- f) conter prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou do Pedido de Aquisição;
- g) conter de forma separada e clara, **o fabricante, a marca e o modelo** do produto ofertado para cada item cotado;
- h) conter garantia conforme estabelecido no item 6.3 do Anexo I deste edital (Termo de Referência);
- i) apresentar declaração de que entregará o (s) equipamento (s) e/ou peças comprovadamente novo (s) e sem uso, uma vez que não serão aceitos materiais/equipamento(s) ou peça(s) recondicionado(s);
- j) apresentar, junto à proposta, **prospecto ou catálogo original do fabricante ou, alternativamente, cópia de página oficial do fabricante na internet** com os produtos ofertados. Esses documentos deverão corresponder aos itens descritos na proposta, contendo, de forma clara e precisa, fabricante, marca, modelo e demais especificações técnicas suficientes à adequada análise e julgamento, devendo haver coerência entre as informações constantes nos catálogos/prospectos e na proposta, bem como compatibilidade com as descrições mínimas exigidas no item 1.1.2 deste Termo de Referência.
- j.1) na inexistência ou insuficiência dessas informações, será admitido documento técnico complementar, contendo imagem e especificações do produto, de forma visível e legível, desde que devidamente validado ou certificado pelo fabricante.
- k) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital;
- l) em relação às microempresas e as empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do Anexo VII deste edital.
- 6.8. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.



## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
  - 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,30 (trinta centavos)
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
  - 7.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*
  - 7.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
  - 7.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.*
  - 7.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
  - 7.11.5. *Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
  - 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo Decreto nº 35.592, de 2014.
  - 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
  - 7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
  - 7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - 7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
  - 7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
    - 7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 7.20.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.20.2.2. empresas brasileiras;
- 7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.22.1. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.22.2. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.22.3. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.22.4. o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.22.5. é facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União ([tcu.gov.br](http://tcu.gov.br)).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

- 8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço e/ou aquisição ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

- 9.2.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa

(mesmo CNPJ).

- 9.3. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.
- 9.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 9.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.
- 9.8.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.
- 9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 9.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **duas horas**, para:
- 9.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.
- 9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.



## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 205 e art. 206 do Decreto nº 44.330/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 13.1.5. fraudar a licitação
  - 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
  - 13.2.2. multa;
  - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Governo do Distrito Federal**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo endereço [pregoeirosulog08@economia.df.gov.br](mailto:pregoeirosulog08@economia.df.gov.br)*.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

15.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

15.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

15.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no Termo de Referência a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

15.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

15.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

15.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

15.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

15.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em [20/01/2026](#), pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

15.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e

somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. A SEEC/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 16.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 16.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 16.13. Nos termos da Lei Distrital n.º 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:
- I - incentive a violência;
  - II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
  - III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
  - IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
  - V - seja homofóbico, racista e sexista;
  - VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
  - VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.
- 16.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 16.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto n.º 46.174/2024.
- 16.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 16.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 16.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 16.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 16.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.
- 16.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.21.1. ANEXO I - Termo de Referência/Projeto Básico
  - 16.21.2. ANEXO II - Modelo de Proposta
  - 16.21.3. ANEXO III - Modelo de Termo de Contrato
  - 16.21.4. ANEXO IV - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade
  - 16.21.5. ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços
  - 16.21.6. ANEXO VI - Modelo Declaração para os fins do Decreto n.º 39.860/2019
  - 16.21.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração dos Benefícios de ME EPP
  - 16.21.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental

Brasília, 14 de maio de 2026

### ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC.

PROCESSO N.º 04044-00022748/2026-37

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo n.º 04044-00022748/2026-37

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO**

**1.1. Do Objeto**

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços a fim de possibilitar à futura **aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis/instalações (abraçadeira, forro modular, revestimento cerâmico, caixa d'água, entre outros similares)**, para atender às necessidades dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes deste instrumento.

1.1.2. Os objetos a serem ofertados deverão observar as especificações e quantidades constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO PCA	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	613342	41508	3.3.90.30.24.111.0653	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 3x150mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	1028	R\$ 6,30	R\$ 6.476,40
2	613478	41509	3.3.90.30.24.111.0654	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 2,5x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	1020	R\$ 5,32	R\$ 5.426,40
3	614214	41510	3.3.90.30.24.111.0655	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 4x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	920	R\$ 11,61	R\$ 10.681,20
4	315169	41511	3.3.90.30.24.111.0658	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACL, para assentamento de revestimento de piso e parede em área interna secas. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	5156	R\$ 13,72	R\$ 70.740,32
5	315173	41512	3.3.90.30.24.111.0659	*** COTA PRINCIPAL *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACIII, para assentamento de revestimento de piso e parede em área externa e interna molhada. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	4938	R\$ 23,10	R\$ 114.067,80
6	315173	41512	3.3.90.30.24.111.0659	*** COTA RESERVADA *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACIII, para assentamento de revestimento de piso e parede em área externa e interna molhada. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	1646	R\$ 23,10	R\$ 38.022,60
7	295562	41513	3.3.90.30.12.111.0022	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CORDA DE NYLON</b> , Descrição: trançada, medidas mínimas de 10mm de diâmetro e 20m de comprimento, cor a escolher.	Unidade	1118	R\$ 54,42	R\$ 60.841,56
8	604822	41514	3.3.90.30.24.111.0660	*** COTA PRINCIPAL *** <b>FORRO MODULAR</b> , Descrição: tipo acústico, composto por placas quadradas de fibra mineral, reposicionáveis, com pintura à base de látex, anti-fungo, na cor branca, borda reta, moldura e espessura de 625x625x15mm. Unidade de fornecimento: caixa com 16 unidades.	Caixa	1642	R\$ 380,29	R\$ 624.436,18
9	604822	41514	3.3.90.30.24.111.0660	*** COTA RESERVADA *** <b>FORRO MODULAR</b> , Descrição: tipo acústico, composto por placas quadradas de fibra mineral, reposicionáveis, com pintura à base de látex, anti-fungo, na cor branca, borda reta, moldura e espessura de 625x625x15mm. Unidade de fornecimento: caixa com 16 unidades.	Caixa	547	R\$ 380,29	R\$ 208.018,63
10	624987	41515	3.3.90.30.28.111.0078	*** COTA PRINCIPAL *** <b>LONA PLÁSTICA</b> , Descrição: em polietileno impermeável, cor preta, espessura mínima de 100 micras, fornecida em rolo com dimensões mínimas de 4m de largura x 100m de comprimento, destinada à cobertura e proteção em ambientes diversos.	Rolo	831	R\$ 233,49	R\$ 194.030,19
11	624987	41515	3.3.90.30.28.111.0078	*** COTA RESERVADA *** <b>LONA PLÁSTICA</b> , Descrição: em polietileno impermeável, cor preta, espessura mínima de 100 micras, fornecida em rolo com dimensões mínimas de 4m de largura x 100m de comprimento, destinada à cobertura e proteção em ambientes diversos.	Rolo	277	R\$ 233,49	R\$ 64.676,73
12	361290	41519	3.3.90.30.25.111.0064	*** COTA PRINCIPAL *** <b>MOLA DE PORTA AÉREA</b> , Descrição: hidráulica, com regulação de velocidade, para fechamento automático de portas de alumínio e madeira, com até 65kg, incluindo kit de fixação.	Unidade	775	R\$ 219,98	R\$ 170.484,50
13	361290	41519	3.3.90.30.25.111.0064	*** COTA RESERVADA *** <b>MOLA DE PORTA AÉREA</b> , Descrição: hidráulica, com regulação de velocidade, para fechamento automático de portas de alumínio e madeira, com até 65kg, incluindo kit de fixação.	Unidade	258	R\$ 219,98	R\$ 56.754,84
14	300219	41522	3.3.90.30.24.111.0669	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: tipo azulejo, para revestimento de parede, medindo 15x15cm, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	4059	R\$ 41,25	R\$ 167.433,75
15	300219	41522	3.3.90.30.24.111.0669	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: tipo azulejo, para revestimento de parede, medindo 15x15cm, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	1352	R\$ 41,25	R\$ 55.770,00

16	298332	41523	3.3.90.30.24.111.0670	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medindo 30x30cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da Administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	3773	R\$ 29,20	R\$ 110.171,60
17	298332	41523	3.3.90.30.24.111.0670	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medindo 30x30cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da Administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	1257	R\$ 29,20	R\$ 36.704,40
18	483501	41524	3.3.90.30.24.111.0671	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medida 46x46cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro quadrado	5978	R\$ 24,13	R\$ 144.249,14
19	483501	41524	3.3.90.30.24.111.0671	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medida 46x46cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro quadrado	1992	R\$ 24,13	R\$ 48.066,96
20	608686	37894	3.3.90.30.24.111.0687	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE MDF</b> , Descrição: chapa de fibra de madeira de média densidade (MDF), revestida em ambas as faces; medidas mínimas de 183cm de largura, 275cm de comprimento e espessura mínima de 15mm; indicada para uso em ambientes internos e externos cobertos; cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Folha	2952	R\$ 230,50	R\$ 680.436,00
21	608686	37894	3.3.90.30.24.111.0687	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE MDF</b> , Descrição: chapa de fibra de madeira de média densidade (MDF), revestida em ambas as faces; medidas mínimas de 183cm de largura, 275cm de comprimento e espessura mínima de 15mm; indicada para uso em ambientes internos e externos cobertos; cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Folha	983	R\$ 230,50	R\$ 226.581,50
22	463129	41525	3.3.90.30.24.111.0688	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo virola, composta por lâminas de madeira coladas sob pressão, com dimensões de 220cm x 160cm e espessura mínima de 4mm, indicado para divisórias internas e aplicações gerais em construção civil leve, em ambientes secos.	Folha	1815	R\$ 86,14	R\$ 156.344,10
23	463129	41525	3.3.90.30.24.111.0688	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo virola, composta por lâminas de madeira coladas sob pressão, com dimensões de 220cm x 160cm e espessura mínima de 4mm, indicado para divisórias internas e aplicações gerais em construção civil leve, em ambientes secos.	Folha	605	R\$ 86,14	R\$ 52.114,70
24	631982	41526	3.3.90.30.24.111.0689	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo madeirite, composta por lâminas de madeira prensadas e coladas com resina fenólica, resistente à umidade, medidas mínima de 220x110cm, espessura de 10mm, indicado para uso em obras temporárias, tais como tapumes, fôrmas e andaimes.	Folha	1706	R\$ 46,50	R\$ 79.329,00
25	631982	41526	3.3.90.30.24.111.0689	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo madeirite, composta por lâminas de madeira prensadas e coladas com resina fenólica, resistente à umidade, medidas mínima de 220x110cm, espessura de 10mm, indicado para uso em obras temporárias, tais como tapumes, fôrmas e andaimes.	Folha	568	R\$ 46,50	R\$ 26.412,00
26	466169	41527	3.3.90.30.24.111.0672	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CAIBRO</b> , Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	5060	R\$ 7,55	R\$ 38.203,00
27	227155	41528	3.3.90.30.24.111.0673	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>RIPA</b> , Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhado, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 1,5cm com de espessura.	Metro	7826	R\$ 4,69	R\$ 36.703,94
28	609327	41529	3.3.90.30.24.111.0674	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>SARRAFO</b> , Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 10cm de largura e 2cm de espessura.	Metro	7890	R\$ 4,27	R\$ 33.690,30
29	609325	41530	3.3.90.30.24.111.0675	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TÁBUA</b> , Descrição: em madeira mista, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 30cm largura e 2cm de espessura.	Metro	5569	R\$ 11,00	R\$ 61.259,00



30	609325	41530	3.3.90.30.24.111.0675	*** COTA RESERVADA *** <b>TÁBUA</b> , Descrição: em madeira mista, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 30cm largura e 2cm de espessura.	Metro	1856	R\$ 11,00	R\$ 20.416,00
31	460627	41531	3.3.90.30.24.111.0676	*** COTA PRINCIPAL *** <b>VIGOTA</b> , Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 10cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	4379	R\$ 16,93	R\$ 74.136,47
32	460627	41531	3.3.90.30.24.111.0676	*** COTA RESERVADA *** <b>VIGOTA</b> , Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 10cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	1459	R\$ 16,93	R\$ 24.700,87
33	214799	41532	3.3.90.30.24.111.0677	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELA DE VIVEIRO</b> , Descrição: confeccionado em arame galvanizado, fio 24 BWG, malha de 12,5mm, formato hexagonal, altura mínima de 1,00m, indicada para criação de pequenos animais e pássaros, bem como para a proteção de cultivos, hortas e plantas, entre outros usos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	522	R\$ 150,00	R\$ 78.300,00
34	214799	41532	3.3.90.30.24.111.0677	*** COTA RESERVADA *** <b>TELA DE VIVEIRO</b> , Descrição: confeccionado em arame galvanizado, fio 24 BWG, malha de 12,5mm, formato hexagonal, altura mínima de 1,00m, indicada para criação de pequenos animais e pássaros, bem como para a proteção de cultivos, hortas e plantas, entre outros usos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	174	R\$ 150,00	R\$ 26.100,00
35	621113	41533	3.3.90.30.24.111.0678	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELA DE ALAMBRADO</b> , Descrição: confeccionada em arame de aço galvanizado, fio 14 BWG, malha de 70mm, formato losangular (torção simples), altura mínima de 1,80m, indicada para o cercamento de quadras esportivas, campos de futebol, terrenos e perímetros diversos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	1449	R\$ 755,00	R\$ 1.093.995,00
36	621113	41533	3.3.90.30.24.111.0678	*** COTA RESERVADA *** <b>TELA DE ALAMBRADO</b> , Descrição: confeccionada em arame de aço galvanizado, fio 14 BWG, malha de 70mm, formato losangular (torção simples), altura mínima de 1,80m, indicada para o cercamento de quadras esportivas, campos de futebol, terrenos e perímetros diversos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	482	R\$ 755,00	R\$ 363.910,00
37	300058	10782	3.3.90.30.24.111.0679	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo canaleta, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 600x49cm, espessura de 8mm.	Unidade	3027	R\$ 405,25	R\$ 1.226.691,75
38	300058	10782	3.3.90.30.24.111.0679	*** COTA RESERVADA *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo canaleta, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 600x49cm, espessura de 8mm.	Unidade	1009	R\$ 405,25	R\$ 408.897,25
39	350473	10781	3.3.90.30.24.111.0680	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo ondulada, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 183x110cm, espessura de 6mm.	Unidade	5175	R\$ 45,00	R\$ 232.875,00
40	350473	10781	3.3.90.30.24.111.0680	*** COTA RESERVADA *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo ondulada, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 183x110cm, espessura de 6mm.	Unidade	1724	R\$ 45,00	R\$ 77.580,00
41	369403	41536	3.3.90.30.24.111.0683	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 500 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	217	R\$ 283,00	R\$ 61.411,00
42	616045	41537	3.3.90.30.24.111.0684	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 1.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	172	R\$ 409,00	R\$ 70.348,00
43	616045	41537	3.3.90.30.24.111.0684	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 1.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	57	R\$ 409,00	R\$ 23.313,00
44	616046	41538	3.3.90.30.24.111.0685	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 3.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	90	R\$ 2.041,50	R\$ 183.735,00
45	616046	41538	3.3.90.30.24.111.0685	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 3.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	30	R\$ 2.041,50	R\$ 61.245,00
46	357	41539	3.3.90.30.24.111.0686	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 10.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	90	R\$ 4.665,00	R\$ 419.850,00

47	357	41539	3.3.90.30.24.111.0686	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA.</b> Descrição: capacidade de 10.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	30	R\$ 4.665,00	R\$ 139.950,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								<b>R\$ 8.165.581,08</b>

- 1.2. **Da Natureza da Contratação**
- 1.2.1. Os bens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.
- 1.2.2. Os materiais a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021.
- 1.2.3. Os materiais se enquadram na natureza de despesa 3.3.90.30, material de consumo, conforme subelementos listados abaixo:
- 1.2.3.1. Grupo: 3.3.90.30.12 - material de coudelaria ou de uso zootécnico.
- 1.2.3.2. Grupo: 3.3.90.30.24 - material para manutenção de bens imóveis/instalações.
- 1.2.3.3. Grupo: 3.3.90.30.25 - material para manutenção de bens móveis.
- 1.2.3.4. Grupo: 3.3.90.30.28 - material de proteção e segurança.
- 1.2.4. Em razão da vedação contida no artigo 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 77 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, registra-se que os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, os quais foram definidos e caracterizados nos termos do art. 74, inciso I, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 1.3. **Do Contrato**
- 1.3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 1.3.1.1. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo **de até 5 (cinco) dias úteis**, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.
- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 1.3.1.2. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente, de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- a) Considera-se compra imediata aquela cuja entrega ocorre no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da emissão da ordem de fornecimento, conforme estabelecido no inciso X do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3.1.3. No caso de formalização contratual, a vigência será de 12 meses, improrrogáveis, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. **DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**
- 2.1. A futura aquisição de materiais destinados à manutenção de bens imóveis e instalações, como abraçadeiras, forro modular, revestimentos cerâmicos, caixas d'água e similares, justifica-se pela necessidade regular de assegurar a conservação, a recuperação e a adequada funcionalidade das edificações públicas que integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.
- 2.2. A manutenção predial, realizada de forma regular e tempestiva, constitui atividade essencial à gestão do patrimônio público, sendo indispensável para: preservar a integridade das estruturas físicas, evitando sua deterioração; garantir condições adequadas de segurança, salubridade e conforto para servidores e usuários dos serviços públicos; assegurar a continuidade das atividades administrativas e finalísticas dos órgãos e entidades distritais; e promover a racionalização dos gastos públicos, mediante a execução planejada de ações preventivas e corretivas, reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais de maior custo.
- 2.3. No que se refere especificamente às caixas d'água, destaca-se que essas estruturas são componentes críticos dos sistemas prediais, responsáveis pelo armazenamento e pela regularidade do abastecimento hídrico das edificações públicas. Sua adequada manutenção e eventual substituição são indispensáveis para garantir a qualidade da água, prevenir contaminações, evitar vazamentos e perdas, bem como assegurar a continuidade do fornecimento, sobretudo em situações de interrupção no abastecimento externo. A indisponibilidade ou inadequação desses reservatórios pode comprometer diretamente as condições de higiene, saúde e funcionamento das unidades administrativas, configurando risco relevante à prestação dos serviços públicos essenciais.
- 2.4. A ausência desses insumos compromete a execução eficiente das atividades de manutenção, podendo ocasionar a degradação da infraestrutura pública, riscos à segurança dos usuários e interrupções na prestação dos serviços, além de potencial elevação de despesas decorrentes de reparos emergenciais e de maior complexidade.
- 2.5. Nesse contexto, a contratação pretendida revela-se imprescindível para garantir a adequada manutenção da infraestrutura pública distrital, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade, interesse público e planejamento, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e reiterados no âmbito distrital pelo Decreto nº 44.330/2023 .
- 2.6. Ademais, a iniciativa encontra respaldo no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento das contratações públicas, assegurando o alinhamento da contratação às necessidades institucionais dos órgãos e entidades do Distrito Federal, bem como às diretrizes de governança e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- 2.7. Reforça-se, ainda, que a medida está em consonância com o dever de gestão de riscos inerentes às contratações públicas, especialmente quanto à mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços e de deterioração do patrimônio público, conforme boas práticas de governança recomendadas nos Pareceres Referenciais da PGDF.
- 2.8. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação atende diretamente ao interesse público, ao viabilizar a manutenção adequada da infraestrutura física distrital, assegurando condições para o pleno funcionamento da Administração Pública e para a prestação contínua, eficiente e segura dos serviços à sociedade.
- 2.9. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares, em resumo:
- 2.9.1. A Secretaria de Estado de Economia (Seec), por intermédio da Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), exerce as funções de órgão central do Sistema de Registro de Preços, conforme art. 270, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, objetivando centralizar as licitações de compras e serviços da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.
- 2.9.2. Assim, a fim de cumprir as atribuições propostas a esse órgão e suprir as solicitações dos diversos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal, especialmente no tocante às demandas comuns, é primordial a elaboração de Atas de Registro de Preços (ARP), as quais possibilitam vultuoso ganho, quando considera a economia de escala.
- 2.9.3. Desta maneira, a finalidade é alcançada com eficiência, continuidade e economia nas unidades do Governo do Distrito Federal.
- 2.9.4. A demanda foi motivada pela Diretoria de Registro de Preços (Direp) em razão do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços nº 188/2024, em 22/08/2025; nº 226/2024 e 229/2024, em 30/08/2025; nº 334/2024, 335/2024, 337/2024, 338/2024, em 18/12/2025; nº 61/2025, em 13/03/2026.
- 2.9.5. Em seguida, aquela Diretoria, com a anuência da Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), deflagrou a Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal (IRPDF) n.º 73/2025, para que os órgãos e entidades, interessados em participar do pretenso registro de preços, pudessem proceder com o levantamento de suas demandas, justificadas e autorizadas pelo Ordenador de Despesa da unidade demandante por meio do Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços (SGARP).
- 2.9.6. Dessa forma, fundamentada pela garantia de atendimento, a Direp, após análise das metodologias e justificativas para os itens e quantitativos solicitados

por cada órgão participante da IRPDF, consolidou os quantitativos estimados, conforme o subitem 1.1.2. e anexo II, deste instrumento.

## 2.10. Da Fundamentação Legal

2.10.1. A contratação obedecerá ao disposto a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentado pelo Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de Março de 2023, e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos:

- 2.10.1.1. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- 2.10.1.2. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 2.10.1.3. Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013;
- 2.10.1.4. Lei Orgânica do Distrito Federal;
- 2.10.1.5. Lei Distrital nº 4.611, de 2011;
- 2.10.1.6. Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;
- 2.10.1.7. Lei Distrital nº 5.061, de 2013;
- 2.10.1.8. Lei Distrital 6.112, de 02 de fevereiro de 2018;
- 2.10.1.9. Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;
- 2.10.1.10. Decreto Distrital nº 35.592, de 2014;
- 2.10.1.11. Decreto Distrital nº 39.860, de 30 de maio de 2019;
- 2.10.1.12. Decreto Distrital nº 40.388, de 13 de fevereiro de 2020;
- 2.10.1.13. Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024;
- 2.10.1.14. Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014;
- 2.10.1.15. Portaria nº 135 - SEFAZ, de 26 de julho de 2016;
- 2.10.1.16. Portaria CGDF nº 356, de 29 de julho de 2019;
- 2.10.1.17. Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS.

## 2.11. Do Princípio da Padronização

2.11.1. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização do Decreto 44.330/23 e artigos 40 e 47 da Lei 14.133/21, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, esta Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em atendimento a Portaria nº 135, de 26 de julho de 2016, que é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

## 2.12. Do Plano de Contratações Anual (PCA)

2.12.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme exposto nos Estudos Técnicos Preliminares que, em resumo, destaca-se:

- 2.12.1.1. Os órgãos partícipes do pretenso certame declararam, informaram e justificaram, junto ao Sistema de Gestão de Atas (SGARP), sua metodologia quanto à compatibilidade dos itens requeridos com o Plano de Contratações Anual.
- 2.12.1.2. As informações apresentadas foram devidamente verificadas e estão demonstradas no Portal de Compras do Governo do Distrito Federal (<https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pacc>) e no Portal Nacional de Compras Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), em cumprimento ao inciso II, § 1º, art. 18, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

## 2.13. Do Sistema TR Digital

2.13.1. O proveito do **Sistema TR Digital**, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

## 2.14. Da Minuta Padronizada

2.14.1. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como **minuta padronizada** para confecção do presente **Termo de Referência**, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevenha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023.

- 2.14.1.1. Ressalta-se que foram realizadas adaptações necessárias em atenção à realidade e às exigências do Distrito Federal, bem como ao objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante do processo 00020-00026364/2018-82. Tais como: a adoção do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preço (SRP) com acréscimo de todas as previsões legais pertinentes a esse procedimento (item 3., deste instrumento); as obrigações da Contratada e da Contratante (itens 6.4. e 6.5, respectivamente); a aplicação de margem de preferência visando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento a Lei Distrital nº 4.611, de 2011, e do Decreto Distrital nº 35.592, de 2014 (item 9.3, deste termo); bem como a previsão das infrações e sanções administrativas ao contratado, nos termos do item 2.4, letra "f" do Parecer Jurídico nº 271/2024 PGDF/PGCONS (item 7.12, deste instrumento).

## 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o pretenso certame fundamenta-se no art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do art. 189 e incisos I, II e III do art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, visto que suas características ensejam contratações frequentes e visam atender mais de um órgão do complexo administrativo do Distrito Federal.

3.2. O SRP é um procedimento auxiliar de licitação em que os órgãos públicos registram os preços praticados pelo mercado, baseado no planejamento do quantitativo adequado ao atendimento da demanda anual, para determinados bens ou serviços, podendo, posteriormente, utilizar esses registros para contratações conforme a necessidade.

3.3. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços busca harmonizar o valor obtido para o quantitativo estimado com a variação do ritmo da demanda ao longo do período de validade. Isso significa que a Administração pode contratar os bens ou serviços de acordo com as necessidades reais, adaptando-se ao fluxo de demanda que ocorre durante a vigência da Ata do SRP.

3.4. Além disso, a adoção do SRP visa maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução de custos com armazenamento e controle de estoque, possibilidade de utilização da ata por outros por órgãos públicos e menores preços pelo efeito da economia de escala.

3.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições, conforme art. 200, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

## 3.6. Da Assinatura e Vigência da Ata de Registro de Preços

3.6.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, **para assinar a Ata de Registro de Preços**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1.1. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado** uma vez, **por igual período**, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

3.6.2. O prazo de **vigência da ata de registro de preços**, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, **será de 12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

3.6.2.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme art. 199, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, e o item 2.4.1., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS.

3.6.2.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016, apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo, em consonância com item 2.4.2., da minuta do edital, do Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS.

### 3.7. Da Adesão a Ata de Registro de Preços

3.7.1. A adesão à ata de registro de preços poderá ser admitida mediante prévia consulta a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas às condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no art. 208 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

3.7.2. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que venham aderir, e as aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ata, devendo ser realizadas em conformidade com os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e parágrafos 1º e 2º, do art. 208 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

### 3.8. Das Obrigações do Órgão Gerenciador

3.8.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente ata de registro de preços.

3.8.2. Conduzir os procedimentos relativos as eventuais revisões de condições, produtos ou preços registrados.

3.8.3. Registrar as penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços.

3.8.4. Deliberar o fornecimento da solução para órgão não participante da ata de registro de preços, consultando o beneficiário da ata e verificando as condições de fornecimento, para evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento.

3.8.5. As formas de comunicação entre os envolvidos dar-se-ão por e-mail ou sistema informatizado, quando disponível.

3.8.6. Os órgãos aderentes deverão reportar ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável, a aplicação de sanções administrativas, alteração de item registrado em ata por modelo equivalente ou superior e outras ocorrências atípicas ao objeto inicialmente registrado.

## 4. DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. O presente Termo de Referência detalha as condições do registro de preços com vistas à futura **aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis/instalações (abraçadeira, forro modular, revestimento cerâmico, caixa d'água, entre outros similares)**, com o objetivo de suprir as necessidades dos órgãos que manifestaram o interesse por meio da Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal (IRPDF), de acordo com os estudos técnicos preliminares e anexos deste instrumento.

4.2. Os quantitativos totais e as descrições para cada item deste registro de preços estão detalhados no subitem 1.1.2, deste termo.

4.3. A descrição da solução na totalidade considerado o ciclo de vida do objeto se encontra pormenorizada nos estudos técnicos preliminares, em resumo destaca-se:

4.3.1. Dessa forma, a manutenção da solução adotada nas contratações anteriores realizadas pela Central de Compras fundamentou-se na busca pela alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a melhor adequação às suas necessidades operacionais. O objetivo principal da contratação é atender à demanda pelo objeto, assegurando a recomposição do estoque estratégico necessário ao fornecimento regular aos órgãos da Administração e ao suporte às políticas públicas executadas pelo Estado.

4.3.2. Adicionalmente, de modo geral, considera-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) proporciona ganhos econômicos na aquisição em escala, uma vez que os fornecedores tendem a oferecer valores mais competitivos e reduzir suas margens de lucro conforme o volume demandado pela administração. Além disso, a utilização do SRP permite a participação de diversos órgãos interessados por meio da Intenção de Registro de Preços do Distrito Federal (IRPDF), o que amplia significativamente o quantitativo da licitação, otimizando os recursos públicos.

4.3.3. Ainda, quanto **as especificações técnicas dos itens**, constantes do subitem 5.3 deste Estudo Técnico Preliminar, essas foram revisadas com base na última contratação realizada pela Central de Compras e ajustadas, quando necessário, a partir do levantamento de mercado, em atendimento ao inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. As descrições foram elaboradas de forma objetiva, contemplando apenas requisitos essenciais ao atendimento das necessidades da Administração, de modo a preservar a competitividade e a vantajosidade da contratação.

4.3.3.1. No processo de definição do objeto, observaram-se o princípio da padronização, as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas e os parâmetros mínimos de qualidade exigidos para o adequado uso dos bens de consumo.

4.3.4. Ainda, os produtos a serem fornecidos devem não apenas atender às expectativas da demanda levantada pela Administração Pública, mas também seguir um ciclo de vida alinhado às legislações e normas vigentes sobre boas práticas sustentáveis. Isso significa garantir a sustentabilidade em todas as etapas, desde a obtenção da matéria-prima até o descarte final dos resíduos dos produtos.

4.3.4.1. Uma alternativa eficaz e sustentável a ser adotada pela Administração Pública no descarte das embalagens e final dos resíduos dos produtos, após o devida utilização, é o encaminhamento desse material para cooperativas de reciclagem. Essas organizações desempenham papel essencial na cadeia de gestão de resíduos, processando os materiais recicláveis, evitando o descarte inadequado em aterros sanitários. Além de contribuir para a preservação ambiental, esse encaminhamento promove a economia circular ao transformar resíduos em matéria-prima para novos produtos. A prática também gera emprego e renda para os trabalhadores das cooperativas, fortalecendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

4.3.4.2. Por fim, destaca-se a importância de ações educativas internas que incentivem o uso racional dos recursos e a correta separação de resíduos recicláveis. Essa medida reforça o comprometimento institucional com os objetivos do desenvolvimento sustentável, promovendo uma gestão pública mais eficiente, transparente e socialmente responsável.

4.4. Considerando as características do material a ser contratado e o sistema pelo qual se dará o processo (SRP), poderá haver **parcelamento na execução**, visto que as emissões de empenho se darão conforme a necessidade dos órgãos partícipes e a disponibilidade de recursos orçamentários, até que a demanda seja atendida em sua totalidade.

4.5. As **condições da aquisição** foram formuladas visando aprimorar a gestão dos recursos públicos, alinhando-se às **práticas do setor privado**. Isso ocorre mediante a adoção de padrões convencionais de mercado e de preços, com objetivo de atrair fornecedores qualificados, estimular a concorrência e promover a eficiência na execução de contratos, contribuindo para o alcance dos objetivos da administração pública e redução dos custos.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Da Sustentabilidade

5.1.1. A futura aquisição deverá atender aos requisitos de sustentabilidade previstos no inciso I do art. 1º e art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao inciso II do art. 60 do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.1.2. Para atendimento às disposições da Lei Distrital nº 4.770, de 2012, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, comprovação de compromisso com a sustentabilidade ambiental, a qual poderá ser demonstrada por uma das seguintes formas:

5.1.2.1. Por Declaração, na qual a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770, de 2012; ou

5.1.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de

qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

5.1.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

5.1.3. Na hipótese de a empresa licitante não ser a fabricante dos produtos ofertados, deverá apresentar documentação comprobatória emitida por seus fornecedores e/ou fabricantes, demonstrando que os produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental, nos termos previstos no item 5.1.2, deste Termo.

## 5.2. Da Inexistência de Vínculo com a Administração Pública

5.2.1. A empresa vencedora deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, atestando que não possui, em seu quadro societário ou de dirigentes, pessoa que seja servidor público, empregado público ou ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera de governo, em situação que caracterize conflito de interesses, nos termos da Portaria CGDF nº 356, de 20 de junho de 2019, do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019 e em observância aos artigos 5º, 9º e 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

5.2.2. A declaração deverá abranger toda a composição societária e administrativa da empresa e deverá ser atualizada sempre que houver alteração superveniente relevante, durante o procedimento de contratação ou a execução contratual.

## 5.3. Do Consórcio, da Cooperativa e da Subcontratação

5.3.1. Nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá vedar a participação de consórcios, desde que haja justificativa técnica e econômica. Desse modo, não será admitida a participação de **consórcios** na pretensa contratação.

5.3.1.1. Essa vedação fundamenta-se na natureza do objeto a ser contratado, que consiste no fornecimento de material amplamente disponível no mercado, sem apresentar qualquer complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a formação de consórcios. Trata-se de item padronizado, com oferta pulverizada entre diversos fornecedores, capazes de atender individualmente à demanda da Administração.

5.3.1.2. Permitir a participação de consórcios em certame de objeto simples e de fornecimento comum poderia reduzir a competitividade, propiciar a formação de agrupamentos artificiais de empresas e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a contratação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, inclusive no que se refere a obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que pode representar risco à Administração Pública, em caso de inadimplemento por parte de uma das consorciadas.

5.3.1.3. Dessa forma, considerando os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, entende-se que a vedação à participação de consórcios neste certame atende ao interesse público e assegura maior segurança jurídica e administrativa à contratação a ser realizada pelo Governo do Distrito Federal.

5.3.2. A **subcontratação**, total ou parcial, do objeto licitado não será permitida. Essa vedação decorre da simplicidade e padronização dos materiais a serem adquiridos, bem como da ampla capacidade de atendimento direto por parte do contratado. A subcontratação geraria a necessidade de instrumentos adicionais, dificultando o controle e a responsabilização, além de impor encargos administrativos desnecessários à Administração Pública.

5.3.2.1. A exigência de execução direta visa assegurar a responsabilidade exclusiva do contratado, reduzir riscos contratuais e preservar a economicidade, nos termos do art. 116, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.3. A participação de **cooperativas** não será permitida tendo em vista o previsto na letra "a" do inciso I do art. 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o qual veda ao agente público designado atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, *"admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas."*

5.3.3.1. Ademais, não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para a participação de licitantes organizados como cooperativas, não são compatíveis com a natureza dos serviços a serem contratados. Adicionalmente, a forma como o objeto é prestado no mercado, bem como a frequência regular de contratação prevista pela Administração, justificam essa vedação.

## 5.4. Da Garantia da Contratação

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação previstos dos artigos 96 ao 102, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações vigentes.

## 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Das Condições de Entrega

6.1.1. O **prazo para entrega** dos materiais será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de ciência formal da Contratada, caracterizada pelo recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, conforme a demanda específica de cada órgão participante da Ata de Registro de Preços.

6.1.2. O prazo de entrega **poderá ser prorrogado por até 10 (dez) dias úteis**, desde que haja solicitação formal da Contratada, devidamente justificada e apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, acompanhada da comprovação de que o eventual atraso não decorre de culpa ou dolo do fornecedor.

6.1.2.1. Excepcionalmente, em caso de uma nova prorrogação, caberá ao órgão demandante definir o novo prazo, de forma motivada, observando o interesse público, a continuidade da execução contratual e a legislação vigente.

6.1.2.2. Os pedidos de prorrogação mencionados nos itens 6.1.2 e 6.1.2.1 deverão ser analisados pelo setor demandante dos órgãos participantes e autorizados pelo Ordenador de Despesas ou equivalente do respectivo órgão.

6.1.3. No que concerne à **entrega dos bens por remessa**, sendo única ou parcelada, considerando as características do material a ser contratado, essa levará em conta a necessidade de cada órgão participante da ARP, em conformidade com o art. 79 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

6.1.4. Os materiais a serem entregues deverão:

6.1.4.1. Estar nas embalagens originais do fabricante, quando couber.

6.1.4.2. A embalagem deverá ser atóxica, limpa, lacrada e íntegra, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.

6.1.4.3. A rotulagem da embalagem deverá constar: nome, composição do produto, lote, data de fabricação, data de validade, quando couber, CNPJ, nome e endereço do fabricante/produzidor, condições de armazenamento, quantidade, peso, registro/inscrição do fabricante e do produto, neste último caso, quando couber.

6.1.4.4. Possuir certificado ou selo junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o art. 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.

6.1.4.5. Restar, no mínimo **75% (setenta e cinco por cento)**, do prazo total de validade previsto por cada produto, na ocasião de sua entrega, quando couber.

6.1.4.6. Ser novos e de primeiro uso.

6.1.5. **Os produtos serão rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta do licitante, bem como se houver qualquer avaria de partes que compõem o item, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.5.1. Não será aceito o conserto/reparo de embalagem e do produto danificado.

6.1.5.2. **Serão recusados os produtos diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.**

6.1.5.3. A recusa do material deverá ser feita por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

6.1.5.4. O prazo de troca do produto será de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do conhecimento da razão da troca por parte do fornecedor.

6.1.5.5. O fornecedor deverá recolher o produto no local da entrega e substituir por outro item em perfeito estado, no ato da retirada do produto danificado.

6.1.5.6. Os custos da substituição do material com envio, frete ou quaisquer outras despesas, ficará por conta do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### 6.2. Do Local de Entrega do Objeto

6.2.1. O anexo I contém a relação dos órgãos participantes do registro de preço e seus prováveis locais de entrega, visto que o endereço de entrega será confirmado na assinatura do contrato ou outro documento equivalente, exclusivamente, no território do Distrito Federal.



- 6.2.2. Consta no anexo II, a lista dos órgãos participantes do registro de preços e quantitativos por órgão.
- 6.2.3. Consideram-se órgãos participantes, aqueles cujas quantidades necessárias foram estimadas pelo Intenção de Registro de Preço do Distrito Federal (IRPDF).

**6.3. Da Garantia do Objeto**

- 6.3.1. Os produtos constantes deste Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal n.º 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.
- 6.3.2. No caso dos bens referentes à substituição, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.
- 6.3.3. Durante o período de garantia, o órgão não efetuará nenhum tipo de pagamento a Contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, fretes e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.
- 6.3.4. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

**6.4. Das Obrigações da Contratada**

- 6.4.1. Entregar os materiais de acordo as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e Edital.
- 6.4.2. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec), bem como ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.
- 6.4.3. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pela Contratante.
- 6.4.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal n.º 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.
- 6.4.5. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela Contratante.
- 6.4.6. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.
- 6.4.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.4.8. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à Contratante.
- 6.4.9. Garantir a qualidade dos materiais, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado, quando da entrega.
- 6.4.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto, na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a Lei Distrital n.º 5.061, de 2013.
- 6.4.11. Cumprir as exigências de cadastro reserva previstas em lei, bem como em outras normas específicas, em atendimento ao art. 92, inciso XVII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.4.12. Assegurar que os produtos entregues estejam em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do produto apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.4.13. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 6.4.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.4.15. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 22 de agosto de 2024.
- 6.4.16. Na hipótese em que o valor do Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços seja igual ou superior ao limite de R\$ 5.000.000,00, atualizado na forma do § 1º do art. 1º da Lei Distrital nº 6.112/2018, a Contratada deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, conforme disposto no § 4º art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei Distrital nº 6.112, de 2018.
- 6.4.16.1. Considerando a natureza das Compras Centralizadas, a exigência de implementação de Programa de Integridade não se aplica automaticamente ao valor estimado total do certame nem ao valor global da Ata de Registro de Preços.
- 6.4.16.2. A obrigatoriedade deverá ser verificada no momento da formalização de cada contratação decorrente da ARP, de forma individualizada, observando-se o valor do respectivo Contrato celebrado por cada órgão participante ou aderente, nos termos da Lei Distrital nº 6.112/2018.
- 6.4.17. A contratada deverá comprovar a implementação e a efetividade do Programa de Integridade sempre que solicitado pela Administração, inclusive mediante apresentação de relatórios, documentos e evidências pertinentes;
- 6.4.18. A empresa que possua o Programa de Integridade implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.
- 6.4.19. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.
- 6.4.19.1. O Programa de Integridade deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
- I - código de ética e conduta;
  - II - canal de denúncias independente, com garantias de anonimato;
  - III - política anticorrupção e de prevenção a fraudes;
  - IV - ações permanentes de capacitação para funcionários;
  - V - estrutura de controles internos;
  - VI - matriz de riscos e procedimentos mitigadores;
  - VII - medidas disciplinares aplicáveis;
  - VIII - mecanismos de auditoria e monitoramento.
  - IX - A empresa que possua o Programa de Integridade implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.
- 6.4.19.2. A contratada deverá apresentar o plano de implementação, relatórios parciais, a cada 60 (sessenta) dias, e relatório final ao término da vigência contratual, bem como evidências documentais, tais como políticas internas aprovadas, registros de treinamentos, relatórios de auditoria e comprovação do funcionamento do canal de denúncias, para permitir a comprovação e o acompanhamento do Programa pelo fiscal técnico do contrato.

**6.5. Das Obrigações da Contratante**

- 6.5.1. Receber o objeto da aquisição e atestar a Nota Fiscal.
- 6.5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.
- 6.5.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização na entrega e recebimentos dos bens, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.5.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos bens no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 6.5.5. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, ao local de entrega dos bens, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante da Contratante.
- 6.5.6. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.
- 6.5.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.
- 7.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. O órgão ou entidade deverá permitir, consoante as normas internas, o acesso aos empregados da Contratada às suas instalações, para entrega dos produtos solicitados.
- 7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.7. Durante a execução, a Contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **7.8. Da Fiscalização**

- 7.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme caput do art. 117, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 7.8.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### **7.9. Da Fiscalização Técnica**

- 7.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.9.7. O fiscal técnico acompanhará e verificará a implantação do Programa de Integridade pela Contratada, comunicando eventuais inconformidades, sem prejuízo das ações da unidade de integridade do órgão.
  - 7.9.7.1. A contratada deverá apresentar o plano de implementação, relatórios parciais (a cada sessenta dias), relatório final (ao término do prazo contratual), bem como evidências documentais, como políticas aprovadas, registros de treinamentos, relatórios de autoria e comprovação do funcionamento do canal de denúncias, para permitir a comprovação e o acompanhamento do Programa pelo fiscal técnico do contrato.

### **7.10. Da Fiscalização Administrativa**

- 7.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

### **7.11. Do Gestor do Contrato**

- 7.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante

ao inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

7.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou instrumento equivalente.

## 7.12. Das Infrações e Sanções Administrativas ao Contratado

7.12.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 2º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 4º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, § 5º, de Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.2.4. **Multa** - conforme o artigo 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei - :

- I - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, do subitem 7.12.1, de **1%** (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.
- II - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, do subitem 7.12.1, de **15% a 30%** do valor da contratação.
- III - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, do subitem 7.12.1, de **15% a 30%** do valor da contratação.
- IV - Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, do subitem 7.12.1, de **10% a 25%** do valor da contratação.
- V - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, do subitem 7.12.1, de **5% a 20%** do valor da contratação.
- VI - Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.12.1, de **3% a 15%** do valor da contratação, ressalvadas os descumprimento de qualquer cláusula contratual que também se enquadre nessa alínea.

7.12.3. Ainda, o não cumprimento da obrigação de implementar o Programa de Integridade, quando exigível, conforme previsto no **item 6.5.16**, em consonância com a Lei nº 6.112, de 2018, implicará em:

- a) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do contrato , estabelecido pelo art. 8º da Lei nº 6.112/2018, com redação da Lei nº 6.308/2019.
- b) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
- c) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;
- d) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

7.12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.12.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.12.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.12.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.12.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.12.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.12.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.12.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.12.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.12.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados

relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.13.1. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**8.1. Do Recebimento do Objeto**

8.1.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1.1. **Os bens serão rejeitados**, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.1.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.2.2. Na hipótese da verificação a que se referem o subitens **8.1.2.** e **8.1.2.1.** não forem procedidas dentro dos prazos fixados, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que se refere à parcela que está de acordo com a execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

8.1.6. O encaminhamento da nota fiscal para pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, condicionado ao ateste formal da fiscalização designada, que verificará a conformidade quantitativa e qualitativa do bem com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.2. Da Liquidação**

8.2.1. Após o recebimento definitivo, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

8.2.2. O pagamento ficará condicionado à apresentação de nota fiscal compatível com o objeto efetivamente aceito, bem como à juntada dos termos de recebimento definitivo, do ateste da fiscalização designada e do relatório técnico de conformidade.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1. O prazo de validade.

8.2.3.2. A data da emissão.

8.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante.

8.2.3.4. O valor a pagar; e

8.2.3.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. A Nota de Lançamento - NL deverá ser emitida após a regular liquidação da despesa, conforme art. 62 do Decreto nº 32.598/2010.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.2.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.7. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.7.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.2.7.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**8.3. Do Prazo de Pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo, desde a nota fiscal esteja em condições de liquidação de pagamento.

8.3.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

**8.4. Da Forma de Pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado em **parcela única**, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5. As condições de liquidação e pagamento seguem as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.

## 9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1. Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

- 9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na **modalidade pregão**, sob a **forma eletrônica**.
- 9.1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO** por item, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e ao inciso I, do art. 33 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 9.1.3. A **adjudicação** dos objetos deve ser procedida **por item**, uma vez que cada item corresponde a uma licitação autônoma.
- 9.1.3.1. Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame ao possibilitar a participação de vários fornecedores.
- 9.1.4. A **proposta comercial** deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- 9.1.4.1. A proposta deverá indicar, de forma separada e clara, o **fabricante, a marca e o modelo** do produto ofertado para cada item cotado.
- 9.1.4.2. Juntamente com a proposta, deverá ser apresentado **prospecto ou catálogo original do fabricante ou, alternativamente, cópia de página oficial do fabricante na internet** com os produtos ofertados. Esses documentos deverão corresponder aos itens descritos na proposta, contendo, de forma clara e precisa, fabricante, marca, modelo e demais especificações técnicas suficientes à adequada análise e julgamento, devendo haver coerência entre as informações constantes nos catálogos/prospectos e na proposta, bem como compatibilidade com as descrições mínimas exigidas no item 1.1.2 deste Termo de Referência.
- a) Na inexistência ou insuficiência dessas informações, será admitido documento técnico complementar, contendo imagem e especificações do produto, de forma visível e legível, desde que devidamente validado ou certificado pelo fabricante.
- 9.1.4.3. Considerando que o critério de julgamento é menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será os valores unitários constantes no subitem 1.1.2, deste Termo de Referência.
- 9.1.4.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações mínimas e exigências contidas neste termo de referência e/ou edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 9.1.5. O modo de disputa será **aberto**.
- 9.1.5.1. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na aquisição do objeto.
- 9.1.5.2. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.
- 9.1.5.3. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.
- 9.1.5.4. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

### 9.2. Da Forma de Fornecimento

- 9.2.1. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, considerando as características do material a ser adquirido, bem como a necessidade de cada órgão participante da ARP.

### 9.3. Do Tratamento Favorecido e Diferenciado às Entidades Preferenciais

#### 9.3.1. Da Cota Reservada

- 9.3.1.1. A previsão da cota reservada de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) foi aplicada **aos itens 6, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 43, 45 e 47** do subitem 1.1.2, deste instrumento, visando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 23 e 26, da Lei Distrital n.º 4.611, de 2011, e art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014.

#### 9.3.2. Da Cota Principal

- 9.3.2.1. Em decorrência da cota reservada, **os itens 5, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 42, 44 e 46**, que detalham a diferença dos quantitativos dos itens acima, serão a cota principal, destinada à ampla concorrência.
- a) Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- b) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- c) Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitante qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada foi inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n.º 8.538, de 2015.

#### 9.3.3. Da Licitação Exclusiva

- 9.3.3.1. Em observância aos arts. 25, da Lei 4.611, de 2011, e 7º, do Decreto Distrital 35.592, de 2014, os itens **1, 2, 3, 4, 7, 26, 27, 28 e 41**, do subitem 1.1.2, do presente termo, serão destinados à participação exclusiva das entidades preferenciais.

### 9.4. Das Exigências de Habilitação

- 9.4.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos do artigo 62, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.4.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.4.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4.3.1. **Da Comprovação Jurídica**
- I - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio Autenticidade certificado MEI;
- IV - Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal -SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



VIII - Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, de acordo com o art. 66, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

IX - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.4.3.2. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII - Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);

VIII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

IX - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 9.4.3.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

I - A exigência de qualificação econômico-financeira para pretensa contratação justifica-se pela necessidade de assegurar que os licitantes possuam capacidade financeira mínima para suportar os custos decorrentes do fornecimento contínuo dos materiais registrados, considerando o vulto estimado da contratação, a possibilidade de múltiplas aquisições durante a vigência da Ata de Registro de Preços e a abrangência do atendimento a diversos órgãos e entidades do Distrito Federal, em conformidade com o art. 54, inciso IX, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

II - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

III - Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **30 (trinta) dias**, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

IV - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ PASSIVO NÃO CIRCULANTE

d) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;

e) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) de item(ns) cotado, constante deste Termo de Referência.

f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

g) Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

#### 9.4.3.4. Da Qualificação Técnica

I - Não haverá exigência da qualificação técnica do art. 67, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e alterações vigentes, tendo em vista que o objeto da presente contratação, cuida-se de aquisição de bens, sem complexidade técnica para o fornecimento, com entrega imediata, em consonância com o inciso III do art. 70, da Lei Federal 14.133, de 2021.

### 10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 8.165.581,08 (oito milhões, cento e sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta e um reais e oito centavos)**, conforme custos unitários constantes na tabela 1.1.2., deste termo, o qual foi definido utilizando a metodologia legal, pelo setor competente, com base numa pesquisa de preços extensa e variada, o que sinaliza que o valor de referência representa o de mercado.

10.2. Com o objetivo de garantir a transparência no processo licitatório e fomentar a competitividade entre os licitantes, assegurando a apresentação de propostas compatíveis com os valores de mercado, **o custo estimado desta contratação não será sigiloso**. Em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, essa informação será divulgada publicamente no ato da publicação do instrumento convocatório, fortalecendo o princípio da publicidade e promovendo uma ampla participação dos interessados. Tal medida está alinhada com as melhores práticas de governança e eficiência na gestão pública, prevenindo sobre preços e reforçando a integridade do certame.

### 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças,

11.2. O procedimento licitatório encontra-se baseado no Sistema de Registro de Preço (SRP), cuja demanda representa uma estimativa de consumo dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal. Dessa maneira, no contexto do SRP, a apresentação da disponibilidade orçamentária na fase de seleção do fornecedor não é necessária, pois a aquisição ocorrerá somente se houver necessidade, orçamento e saldo na Ata de Registro de Preço (ARP).

11.3. Assim, a conformidade do objeto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros alinhamentos orçamentários terá a devida indicação somente no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, em consonância com o § único, do art. 189, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas, em atendimento a Lei nº 12.527, de 2011.**

## 13. DOS ANEXOS

13.1. São partes integrantes deste termo de referência, os seguintes anexos:

13.1.1. ANEXO I - Endereço dos órgãos participantes;

13.1.2. ANEXO II - Planilha de demanda por órgão.

### ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA ENDEREÇO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

UO	Órgão	Endereço
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	ÁREA ESPECIAL - SGON - QUADRA 05 - LOTE 23 ( ANTIGO DT ) - Asa Norte - Brasília - DF
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	SGON - Quadra 05 - Lote 795 - Anexo I CEP: 70.610-650
54	PMDf - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	SETOR POLICIAL SUL - SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE - Área Especial nº 04 - CEP:70.610-200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	SIA TRECHO 02 - LOTE 1835/1845 - 1º ANDAR
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	SMHN - Quadra 03 - Conjunto A - Bl. 03 - Asa Norte
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	Parque Estação Biológica - Ed. Sede - Asa Norte - CEP : 70.770-914 ponto de referência: logo atrás do atacadão da asa norte
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	SAIN -PARQUE ESTAÇÃO BIOLÓGICA, ED. EMATER - ASA NORTE - CEP: 70.770-915 - BRASÍLIA-DF
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	SIA - Trecho 01 - Áreas de Serviços Públicos - Módulo I - CEP: 71.200-010
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	SGAN - QUADRA 05 - LOTE 23 - ASA NORTE
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	Setor de Áreas Públicas - Lote 41 - Bl. B - Complexo da NOVACAP - Brasília
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	Núcleo de Almoarifado - Parque Rodoviário - Rodovia DF-001, km 1- Sobradinho/DF
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	QI 01 Lotes 700/740 Setor de Indústria do Gama - Cep:72.445-010
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	QNG 08 Área Especial 16 - Taguatinga norte
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	Área Especial 3/5 - Setor Norte Brazlândia/DF (Entrequadra)
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	Área Especial para Indústria nº03 - lotes 07/10 - Setor de Grandes Áreas - Sobradinho - DF
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANALTA	Setor de Oficinas - Conjunto A - Lote 01 - Parque de Serviços Administração Regional de Planaltina
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	3ª Avenida - Área Especial 06 - Módulo G/0 - Núcleo Bandeirante
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	QE 25 AREA ESPECIAL 01 CAVE Pátio de Obras - Guará II
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	EQNM 27, ÁREA ESPECIAL, Módulo C, Ceilândia Sul - PRÓXIMO AO SLU
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ	PRAÇA CENTRAL ÁREA ESPECIAL LOTE 01- SEDE
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	SBN Quadra 02 - Bloco K - Edifício Wagner - 2º Subsolo, Asa Norte
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	QS 119/121 - Área Especial - Subcentro Oeste - Samambaia Sul
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	QC 01 - conjunto H - Área Especial - Lote B - Avenida Alagados - Santa Maria - Cep:72.511-100
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	Área Especial S/N - Quadra 101 - Conjunto 08 - Bairro Residencial Oeste - São Sebastião
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	Avenida Vargem da Bênção - Quadra 103 - Chácara nº 03 - Recanto das Emas
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	SHIS - QI 11 - Área Especial 01 - Lago Sul
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	AC 03 LOTE 06 - PRAÇA CENTRAL
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	SHIN - CA 05 - LOTE J1 - BLJ1 - Loja 118 - Lago Norte
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	SDCN Via N2 Anexo do Teatro Nacional - Asa Norte, Brasília
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	SGON Quadra 5 - BLOCO B - Lote 23 - ASA NORTE
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	Área Especial - SMDB, Estação Ecológica Jardim Botânico DE BRASÍLIA, Bairro: Lago Sul, BRASÍLIA-DF.
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	Avenida das Nações - Via L-4 Sul
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	Rua Manacá - Lote 02 - Bloco 01 - Águas Claras
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	QN 07 - CONJUNTO 06 - LOTES 01 e 02 RIACHO FUNDO II
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	SIG Quadra 06 - Lote 1425
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	EPFR - ESTRADA PARQUE PARANÓ (DF-005) AREA ESPECIAL Nº 2 - PARQUE DE SERVIÇOS, VARJÃO
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	AR 13 - Área Especial nº 01 - Sobradinho II
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	Avenida Contorno - Área Especial 14 - Núcleo Bandeirante
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	Setor Central - Área Especial 05 - Cidade Estrutural
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO Avenida das Paineiras entre quadras 3/5, Bloco ?A? segundo andar Edif. Jardim Imperial - Jardim Botânico III-DF
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÁ	QUADRA 378 CONJUNTO A AE Nº 01 LOTE 04 DEL LAGO
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	SIA - Trecho 08 - Lote 125/135
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	Rua 4A - Travessa 04 - Vicente Pires - Cep:72.006-253
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	DF 150 - Km 12 - Quadra 11- lote especial-feira S/Nº- Engenho Velho
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	SCN - Quadra 01 - Bloco A - 19º ANDAR - Edifício Number One - Asa Norte - Brasília-DF
391	IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	SEPN - Quadra 511 - Bl. C - ED. BITTAR IV - Asa norte - Brasília/DF
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	SCS Quadra 06 Bloco A Lote 13/14 Ed. da SEDHAB - 5º andar
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	SAAN, Quadra 01, Lote C, 2º andar Brasília/DF
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	SCS, Quadra 09, Torre B, 1º andar, salas 103 a 105, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília-DF
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	SIA - TRECHO 06 - LOTES 240/260 - CEP: 71.205-206

UO	Órgão	Endereço
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	SGON Quadra 5 Lote 23, Complexo Logístico da SEEC, Brasília - DF
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	Palácio do Buriti, sala 904-A, 9º ANDAR - CEP: 70.075-900
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	SIA Trecho 3/4 lote 1545/1555
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	Palácio do Buriti, 1º andar, sala P-60. Brasília- DF
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	SAS Quadra 2, Lote 1A, Asa Sul, Brasília - DF
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	SHA Conjunto 04 Área Especial Nº 01 - ARNIQUEIRA - DF
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	SBS QUADRA 02 BL G LOTE 13 - Asa Sul, Brasília - DF
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	PARQUE TECNOLÓGICO BIOTIC, BLOCO B, 2º ANDAR - GRANJA DO TORTO
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	Avenida Erasmo de Castro, Residencial Sandray Rua B, 22, SH Arapoanga, Brasília/DF
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	DF-280, Residencial Rossio, Quadra 01, lotes 22 e 23, Água Quente/DF
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	Ed. Anexo Palácio do Buriti - 3º Andar - Sala 311
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	Anexo do Palácio do Buriti - Praça do Buriti, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA  
PLANILHA DE DEMANDA POR ÓRGÃO**

Nº 1 - Código: 3.3.90.30.24.111.0653			
ABRAÇADEIRA, Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 3x150mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades. - Unidade: Pacote			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41508	150
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41508	132
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41508	63
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41508	50
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41508	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41508	48
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41508	40
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41508	40
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41508	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41508	30
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41508	25
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41508	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41508	24
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41508	24
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41508	24
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41508	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41508	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41508	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41508	20
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41508	15
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41508	14
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41508	12
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41508	12
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41508	10
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41508	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41508	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ	41508	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41508	10
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41508	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41508	10
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41508	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41508	6
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41508	6
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41508	5
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41508	5
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41508	5
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41508	5
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41508	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41508	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41508	3
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41508	3
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41508	3
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41508	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41508	2
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41508	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41508	2
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41508	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41508	2
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>1028</b>
Nº 2 - Código: 3.3.90.30.24.111.0654			
ABRAÇADEIRA, Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 2,5x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades. - Unidade: Pacote			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41509	150
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41509	132
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41509	63
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41509	50
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41509	50
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41509	40

142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41509	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41509	40
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41509	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41509	30
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41509	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41509	24
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41509	24
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41509	24
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41509	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41509	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41509	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41509	20
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41509	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41509	15
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41509	14
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41509	14
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41509	12
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41509	12
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41509	10
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41509	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41509	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41509	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41509	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41509	10
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41509	10
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41509	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41509	6
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41509	6
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41509	5
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41509	5
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41509	5
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41509	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41509	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41509	3
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41509	3
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41509	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41509	2
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41509	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41509	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41509	2
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41509	2
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41509	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41509	2
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>1020</b>
<b>Nº 3 - Código: 3.3.90.30.24.111.0655</b>			
ABRAÇADEIRA, Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 4x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades. - Unidade: Pacote			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41510	132
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41510	63
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41510	50
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41510	50
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41510	40
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41510	40
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41510	36
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41510	35
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41510	30
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41510	30
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41510	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41510	30
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41510	24
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41510	24
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41510	24
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41510	20
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41510	20
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41510	20
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41510	15
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41510	15
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41510	14
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41510	12
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41510	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41510	10
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41510	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41510	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41510	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41510	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41510	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41510	10
413	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	41510	10
63	FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	41510	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41510	6
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41510	6
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41510	5
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41510	5
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41510	5

146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41510	5
4018	SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	41510	5
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41510	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41510	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41510	3
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41510	3
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41510	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41510	2
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41510	2
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41510	2
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41510	2
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41510	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41510	2
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41510	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>920</b>
<b>Nº 4 - Código: 3.3.90.30.24.111.0658</b>			
ARGAMASSA, Descrição: colante industrializada ACI, para assentamento de revestimento de piso e parede em área interna secas. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg. - Unidade: Saco			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41511	2000
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41511	600
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41511	495
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41511	240
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41511	200
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41511	200
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41511	150
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41511	140
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41511	120
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41511	100
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41511	100
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41511	96
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41511	96
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41511	60
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41511	60
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41511	50
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41511	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41511	50
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41511	50
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41511	30
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41511	20
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41511	20
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41511	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41511	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41511	20
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41511	19
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41511	15
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41511	15
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41511	15
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41511	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41511	15
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41511	10
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41511	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41511	10
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41511	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41511	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41511	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41511	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41511	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41511	3
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41511	2
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>5156</b>
<b>Nº 5 e 6 - Código: 3.3.90.30.24.111.0659</b>			
ARGAMASSA, Descrição: colante industrializada ACIII, para assentamento de revestimento de piso e parede em área externa e interna molhada. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg. - Unidade: Saco			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41512	3000
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41512	990
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41512	550
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41512	200
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41512	150
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41512	140
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41512	120
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41512	100
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41512	100
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41512	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41512	100
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41512	100
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41512	96
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41512	60
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41512	50
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41512	50
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41512	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41512	50
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41512	50



302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41512	50
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41512	40
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41512	40
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41512	40
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41512	30
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41512	30
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41512	30
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41512	24
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41512	20
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41512	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41512	20
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41512	20
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41512	19
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41512	15
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41512	15
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41512	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41512	15
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41512	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41512	10
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41512	10
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41512	10
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41512	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41512	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41512	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41512	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41512	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41512	3
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41512	2
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>6584</b>
<b>Nº 7 - Código: 3.3.90.30.12.111.0022</b>			
CORDA DE NYLON, Descrição: trançada, medidas mínimas de 10mm de diâmetro e 20m de comprimento, cor a escolher. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41513	300
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41513	148
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41513	63
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41513	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41513	60
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41513	50
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41513	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41513	50
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41513	30
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41513	25
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41513	24
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41513	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41513	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41513	20
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41513	20
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41513	15
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41513	12
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41513	12
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41513	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41513	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41513	10
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41513	10
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41513	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41513	10
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41513	10
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41513	9
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41513	6
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41513	6
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41513	5
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41513	5
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41513	5
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41513	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41513	5
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41513	4
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41513	4
4015	SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41513	3
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41513	3
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41513	3
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41513	2
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41513	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41513	2
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>1118</b>
<b>Nº 8 e 9 - Código: 3.3.90.30.24.111.0660</b>			
FORRO MODULAR, Descrição: tipo acústico, composto por placas quadradas de fibra mineral, reposicionáveis, com pintura à base de látex, anti-fungo, na cor branca, borda reta, moldura e espessura de 625x625x15mm. Unidade de fornecimento: caixa com 16 unidades. - Unidade: Caixa			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41514	650
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41514	320
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41514	300
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41514	210
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41514	200

308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41514	104
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41514	100
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41514	60
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41514	50
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41514	50
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41514	24
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41514	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41514	20
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41514	16
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41514	12
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41514	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41514	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41514	10
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41514	6
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41514	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41514	5
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41514	4
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41514	3
TOTAL POR ITEM			2189
Nº 10 e 11 - Código: 3.3.90.30.28.111.0078			
LONA PLÁSTICA, Descrição: em polietileno impermeável, cor preta, espessura mínima de 100 micras, fornecida em rolo com dimensões mínimas de 4m de largura x 100m de comprimento, destinada à cobertura e proteção em ambientes diversos. - Unidade: Rolo			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41515	280
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41515	200
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41515	100
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41515	92
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41515	60
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41515	50
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41515	45
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41515	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41515	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41515	20
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41515	15
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41515	13
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41515	12
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41515	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41515	12
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41515	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41515	10
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41515	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41515	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41515	10
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41515	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41515	10
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41515	6
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41515	6
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41515	6
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41515	5
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41515	5
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41515	5
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41515	5
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41515	4
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41515	4
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41515	3
4043	VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	41515	2
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41515	2
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41515	2
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41515	2
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41515	2
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41515	2
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41515	2
50	SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	41515	2
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41515	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41515	2
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
480	CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
307	RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	41515	1
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41515	1
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	41515	1
TOTAL POR ITEM			1108
Nº 12 e 13 - Código: 3.3.90.30.25.111.0064			
MOLA DE PORTA AÉREA, Descrição: hidráulica, com regulagem de velocidade, para fechamento automático de portas de alumínio e madeira, com até 65kg, incluindo kit de fixação. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
2	CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	41519	206
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41519	180
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	41519	60
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41519	60
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41519	50

4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41519	50
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41519	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41519	40
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41519	40
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41519	40
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41519	26
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41519	25
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41519	20
4019	JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	41519	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41519	20
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41519	20
150	SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	41519	20
72	EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41519	15
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41519	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41519	10
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41519	10
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	41519	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41519	10
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41519	10
151	ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	41519	10
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41519	10
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41519	4
110	SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	41519	4
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41519	3
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>1033</b>

**Nº 14 e 15 - Código: 3.3.90.30.24.111.0669**  
REVESTIMENTO CERÂMICO, Descrição: tipo azulejo, para revestimento de parede, medindo 15x15cm, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante. - Unidade: Metro Quadrado

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41522	1500
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41522	800
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41522	500
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41522	495
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41522	300
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41522	300
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41522	250
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCA	41522	200
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÁ	41522	180
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41522	150
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41522	120
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41522	100
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41522	65
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41522	56
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41522	50
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41522	50
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41522	50
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41522	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41522	50
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41522	40
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41522	36
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41522	24
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41522	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41522	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41522	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>5411</b>

**Nº 16 e 17 - Código: 3.3.90.30.24.111.0670**  
REVESTIMENTO CERÂMICO, Descrição: para piso, medindo 30x30cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da Administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante. - Unidade: Metro Quadrado

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41523	1000
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41523	800
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41523	800
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41523	300
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41523	300
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41523	300
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41523	250
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41523	240
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41523	150
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41523	125
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41523	100
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41523	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41523	100
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41523	80
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41523	70
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41523	50
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41523	50
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41523	50
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41523	50
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41523	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41523	30
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41523	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41523	15

4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41523	10
TOTAL POR ITEM			5030
Nº 18 e 19 - Código: 3.3.90.30.24.111.0671			
REVESTIMENTO CERÂMICO, Descrição: para piso, medida 46x46cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante. - Unidade: Metro quadrado			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41524	1150
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41524	1000
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41524	800
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41524	600
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41524	500
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41524	500
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41524	300
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41524	300
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41524	300
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41524	300
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41524	255
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41524	250
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41524	250
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41524	240
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41524	200
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41524	120
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41524	100
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41524	100
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41524	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41524	100
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41524	80
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41524	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41524	50
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41524	50
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41524	50
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41524	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41524	50
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41524	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41524	40
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41524	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41524	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41524	10
TOTAL POR ITEM			7970
Nº 20 e 21 - Código: 3.3.90.30.24.111.0687			
CHAPA DE MDF, Descrição: chapa de fibra de madeira de média densidade (MDF), revestida em ambas as faces; medidas mínimas de 183cm de largura, 275cm de comprimento e espessura mínima de 15mm; indicada para uso em ambientes internos e externos cobertos; cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante. - Unidade: Folha			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	37894	1550
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	37894	800
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	37894	300
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	37894	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	37894	120
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	37894	105
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	37894	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	37894	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	37894	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	37894	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	37894	60
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	37894	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	37894	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	37894	50
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	37894	40
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	37894	40
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	37894	30
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	37894	30
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	37894	20
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	37894	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	37894	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	37894	10
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	37894	10
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	37894	10
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	37894	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	37894	10
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	37894	5
TOTAL POR ITEM			3935
Nº 22 e 23 - Código: 3.3.90.30.24.111.0688			
CHAPA DE COMPENSADO, Descrição: tipo virola, composta por lâminas de madeira coladas sob pressão, com dimensões de 220cm × 160cm e espessura mínima de 4mm, indicado para divisórias internas e aplicações gerais em construção civil leve, em ambientes secos. - Unidade: Folha			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41525	900
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41525	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41525	200
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41525	120
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41525	105
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41525	100
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41525	100
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41525	100

133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41525	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41525	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41525	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41525	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41525	60
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41525	40
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41525	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41525	15
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41525	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41525	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41525	10
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41525	10
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41525	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41525	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>2420</b>
<b>Nº 24 e 25 - Código: 3.3.90.30.24.111.0689</b>			
CHAPA DE COMPENSADO, Descrição: tipo madeirite, composta por lâminas de madeira prensadas e coladas com resina fenólica, resistente à umidade, medidas mínima de 220x110cm, espessura de 10mm, indicado para uso em obras temporárias, tais como tapumes, fôrmas e andaimes. - Unidade: Folha			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41526	315
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41526	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41526	200
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41526	150
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41526	120
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41526	105
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41526	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41526	100
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41526	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41526	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41526	100
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41526	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41526	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41526	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41526	96
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41526	60
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41526	44
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41526	30
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41526	25
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41526	21
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41526	20
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41526	20
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41526	18
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41526	10
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41526	10
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41526	10
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41526	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41526	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>2274</b>
<b>Nº 26 - Código: 3.3.90.30.24.111.0672</b>			
CAIBRO, Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 5cm de espessura. - Unidade: Metro			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41527	1000
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41527	495
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41527	300
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41527	300
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41527	300
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41527	264
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41527	247
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41527	200
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41527	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41527	200
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41527	200
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41527	120
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41527	100
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41527	100
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41527	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41527	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41527	100
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41527	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41527	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41527	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41527	96
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41527	63
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41527	60
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41527	50
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41527	50
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41527	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41527	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41527	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41527	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41527	10
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41527	5
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>5060</b>
<b>Nº 27 - Código: 3.3.90.30.24.111.0673</b>			

RIPA, Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhado, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 1,5cm com de espessura. - Unidade: Metro			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41528	3000
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41528	990
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41528	600
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41528	300
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41528	300
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41528	300
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41528	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41528	200
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41528	200
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41528	200
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41528	200
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41528	150
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41528	150
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41528	120
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41528	120
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41528	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41528	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41528	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41528	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41528	100
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41528	96
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41528	60
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41528	50
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41528	50
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41528	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41528	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41528	10
TOTAL POR ITEM			7826
Nº 28 - Código: 3.3.90.30.24.111.0674			
SARRAFO, Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 10cm de largura e 2cm de espessura. - Unidade: Metro			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41529	3000
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41529	990
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41529	600
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41529	300
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41529	300
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41529	250
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41529	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41529	200
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41529	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41529	180
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41529	120
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41529	120
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41529	120
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41529	117
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41529	110
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41529	100
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41529	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41529	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41529	100
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41529	100
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41529	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41529	100
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41529	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41529	100
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41529	63
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41529	50
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41529	30
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41529	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41529	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41529	10
TOTAL POR ITEM			7890
Nº 29 e 30 - Código: 3.3.90.30.24.111.0675			
TABUA, Descrição: em madeira mista, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 30cm largura e 2cm de espessura. - Unidade: Metro			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41530	2000
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41530	990
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41530	500
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41530	400
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41530	300
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41530	250
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41530	200
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41530	200
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41530	200
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41530	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41530	180
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41530	180
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41530	150
304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41530	150
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41530	120

431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41530	120
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41530	110
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41530	100
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41530	100
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41530	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41530	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41530	100
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41530	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41530	100
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41530	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41530	100
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41530	60
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41530	60
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41530	50
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41530	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41530	30
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41530	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41530	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>7425</b>

**Nº 31 e 32 - Código: 3.3.90.30.24.111.0676**  
VIGOTA, Descrição: em madeira maçaranduba ou similar, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 10cm de largura e 5cm de espessura. - Unidade: Metro

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41531	1400
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41531	990
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41531	450
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41531	300
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41531	300
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41531	300
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41531	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41531	200
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41531	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41531	180
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41531	150
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41531	120
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41531	100
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41531	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41531	100
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41531	100
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41531	100
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41531	100
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41531	80
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41531	60
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41531	60
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41531	50
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41531	50
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41531	40
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41531	36
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41531	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41531	15
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41531	15
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41531	12
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41531	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>5838</b>

**Nº 33 e 34 - Código: 3.3.90.30.24.111.0677**

TELA DE VIVEIRO, Descrição: confeccionado em arame galvanizado, fio 24 BWG, malha de 12,5mm, formato hexagonal, altura mínima de 1,00m, indicada para criação de pequenos animais e pássaros, bem como para a proteção de cultivos, hortas e plantas, entre outros usos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros. - Unidade: Rolo

UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41532	200
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41532	100
54	PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	41532	80
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41532	50
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41532	50
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41532	30
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41532	30
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41532	20
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41532	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41532	20
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41532	13
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41532	12
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41532	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41532	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41532	10
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41532	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41532	10
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41532	6
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41532	4
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41532	3
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41532	3
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41532	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41532	2
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41532	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>696</b>



<b>Nº 35 e 36 - Código: 3.3.90.30.24.111.0678</b>			
TELA DE ALAMBRADO, Descrição: confeccionada em arame de aço galvanizado, fio 14 BWG, malha de 70mm, formato losangular (torção simples), altura mínima de 1,80m, indicada para o cercamento de quadras esportivas, campos de futebol, terrenos e perímetros diversos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros. - Unidade: Rolo			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41533	400
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41533	200
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41533	200
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41533	120
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41533	115
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41533	100
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41533	100
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41533	82
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41533	76
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	41533	52
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41533	50
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	41533	50
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41533	50
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41533	40
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41533	33
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41533	20
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41533	20
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41533	20
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41533	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41533	15
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41533	13
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41533	12
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41533	12
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41533	12
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41533	10
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41533	10
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41533	10
4041	RA-AQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUA QUENTE	41533	10
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41533	10
4022	RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	41533	10
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41533	10
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41533	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41533	10
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41533	8
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41533	6
366	RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	41533	4
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41533	4
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41533	4
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41533	3
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>1931</b>
<b>Nº 37 e 38 - Código: 3.3.90.30.24.111.0679</b>			
TELHA, Descrição: tipo canaleta, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 600x49cm, espessura de 8mm. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	10782	600
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	10782	500
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	10782	500
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	10782	465
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	10782	300
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	10782	250
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	10782	200
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	10782	200
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	10782	200
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	10782	200
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	10782	120
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	10782	120
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	10782	100
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	10782	51
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	10782	50
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	10782	36
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	10782	30
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	10782	24
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	10782	20
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	10782	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	10782	15
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	10782	15
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	10782	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	10782	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>4036</b>
<b>Nº 39 e 40 - Código: 3.3.90.30.24.111.0680</b>			
TELHA, Descrição: tipo ondulada, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 183x110cm, espessura de 6mm. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	10781	600
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	10781	500
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	10781	500
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	10781	500
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	10781	465
4017	DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	10781	360
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	10781	360
304	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	10781	300

113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	10781	300
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	10781	250
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	10781	240
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	10781	200
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	10781	200
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	10781	200
135	RA-PAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTIMA	10781	200
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	10781	200
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	10781	200
308	RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÁ	10781	198
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	10781	144
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	10781	125
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	10781	120
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	10781	100
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	10781	100
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	10781	60
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	10781	50
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	10781	50
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	10781	50
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	10781	50
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	10781	48
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	10781	40
390	SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	10781	40
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	10781	40
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	10781	24
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	10781	20
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	10781	20
144	RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	10781	20
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	10781	15
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	10781	10
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>6899</b>
<b>Nº 41 - Código: 3.3.90.30.24.111.0683</b>			
CAIXA D'ÁGUA, Descrição: capacidade de 500 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41536	30
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41536	20
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41536	20
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41536	20
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41536	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41536	10
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41536	10
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41536	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41536	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41536	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41536	7
392	CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	41536	6
400	SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	41536	5
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41536	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41536	5
300	RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	41536	4
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41536	4
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41536	4
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41536	4
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41536	4
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41536	4
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41536	3
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41536	2
137	RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	41536	2
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41536	2
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41536	2
146	RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	41536	1
367	RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	41536	1
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41536	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41536	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>217</b>
<b>Nº 42 e 43 - Código: 3.3.90.30.24.111.0684</b>			
CAIXA D'ÁGUA, Descrição: capacidade de 1.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41537	30
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41537	20
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41537	20
56	FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	41537	20
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41537	16
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41537	10
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41537	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41537	10
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41537	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41537	10
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41537	9
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41537	7
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41537	5

304	RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	41537	5
135	RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	41537	5
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41537	5
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41537	4
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41537	4
306	RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	41537	4
147	RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	41537	3
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41537	3
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41537	2
303	RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	41537	2
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41537	2
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41537	2
302	RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	41537	2
4040	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARAPOANGA	41537	2
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41537	2
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41537	1
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41537	1
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41537	1
141	RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	41537	1
149	RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	41537	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>229</b>
<b>Nº 44 e 45 - Código: 3.3.90.30.24.111.0685</b>			
CAIXA D'ÁGUA, Descrição: capacidade de 3.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41538	30
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41538	10
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41538	10
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41538	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41538	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41538	7
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41538	6
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41538	5
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41538	5
134	RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	41538	4
142	RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	41538	4
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41538	4
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41538	3
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41538	2
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41538	2
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41538	2
305	RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	41538	2
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41538	1
309	RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	41538	1
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41538	1
140	RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	41538	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>120</b>
<b>Nº 46 e 47 - Código: 3.3.90.30.24.111.0686</b>			
CAIXA D'ÁGUA, Descrição: capacidade de 10.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável. - Unidade: Unidade			
UO	Órgão	Código do item no PCA	Soma de Qtd solicitada
90	SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41539	30
4026	SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	41539	16
133	RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	41539	10
70	SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	41539	10
4044	SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	41539	10
94	SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	41539	7
195	JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	41539	5
136	RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	41539	5
113	DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	41539	5
131	RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	41539	4
132	RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	41539	4
4030	UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	41539	3
196	FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	41539	2
148	RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	41539	2
431	SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	41539	2
138	RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	41539	2
145	RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	41539	1
301	RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	41539	1
143	RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	41539	1
<b>TOTAL POR ITEM</b>			<b>120</b>

## ANEXO II - DO EDITAL

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

**Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEEC/DF**

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 506, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para entrega dos materiais e/ou equipamentos são conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	FABRICANTE	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 3x150mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	1028					
2	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 2,5x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	1020					
3	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ABRAÇADEIRA</b> , Descrição: de nylon, com ranhuras, para amarração e fixação diversas, medindo 4x200mm, cor a escolher. Unidade de fornecimento: pacote com, no mínimo, 100 unidades.	Pacote	920					
4	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACL, para assentamento de revestimento de piso e parede em área interna secas. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	5156					
5	*** COTA PRINCIPAL *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACIII, para assentamento de revestimento de piso e parede em área externa e interna molhada. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	4938					
6	*** COTA RESERVADA *** <b>ARGAMASSA</b> , Descrição: colante industrializada ACIII, para assentamento de revestimento de piso e parede em área externa e interna molhada. Unidade de fornecimento: saco com 20Kg.	Saco	1646					
7	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CORDA DE NYLON</b> , Descrição: trançada, medidas mínimas de 10mm de diâmetro e 20m de comprimento, cor a escolher.	Unidade	1118					
8	*** COTA PRINCIPAL *** <b>FORRO MODULAR</b> , Descrição: tipo acústico, composto por placas quadradas de fibra mineral, reposicionáveis, com pintura à base de látex, anti-fungo, na cor branca, borda reta, moldura e espessura de 625x625x15mm. Unidade de fornecimento: caixa com 16 unidades.	Caixa	1642					
9	*** COTA RESERVADA *** <b>FORRO MODULAR</b> , Descrição: tipo acústico, composto por placas quadradas de fibra mineral, reposicionáveis, com pintura à base de látex, anti-fungo, na cor branca, borda reta, moldura e espessura de 625x625x15mm. Unidade de fornecimento: caixa com 16 unidades.	Caixa	547					
10	*** COTA PRINCIPAL *** <b>LONA PLÁSTICA</b> , Descrição: em polietileno impermeável, cor preta, espessura mínima de 100 micras, fornecida em rolo com dimensões mínimas de 4m de largura x 100m de comprimento, destinada à cobertura e proteção em ambientes diversos.	Rolo	831					
11	*** COTA RESERVADA *** <b>LONA PLÁSTICA</b> , Descrição: em polietileno impermeável, cor preta, espessura mínima de 100 micras, fornecida em rolo com dimensões mínimas de 4m de largura x 100m de comprimento, destinada à cobertura e proteção em ambientes diversos.	Rolo	277					
12	*** COTA PRINCIPAL *** <b>MOLA DE PORTA AÉREA</b> , Descrição: hidráulica, com regulagem de velocidade, para fechamento automático de portas de alumínio e madeira, com até 65kg, incluindo kit de fixação.	Unidade	775					

13	*** COTA RESERVADA *** <b>MOLA DE PORTA AÉREA</b> , Descrição: hidráulica, com regulagem de velocidade, para fechamento automático de portas de alumínio e madeira, com até 65kg, incluindo kit de fixação.	Unidade	258					
14	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: tipo azulejo, para revestimento de parede, medindo 15x15cm, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	4059					
15	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: tipo azulejo, para revestimento de parede, medindo 15x15cm, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	1352					
16	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medindo 30x30cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da Administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	3773					
17	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medindo 30x30cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da Administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	1257					
18	*** COTA PRINCIPAL *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medida 46x46cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	5978					
19	*** COTA RESERVADA *** <b>REVESTIMENTO CERÂMICO</b> , Descrição: para piso, medida 46x46cm, classificação PEI 4, tipo classe A (primeira linha), indicado para ambientes internos e externos cobertos com médio e alto tráfego, acabamento liso ou antiderrapante, conforme necessidade da administração, cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Metro Quadrado	1992					
20	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE MDF</b> , Descrição: chapa de fibra de madeira de média densidade (MDF), revestida em ambas as faces; medidas mínimas de 183cm de largura, 275cm de comprimento e espessura mínima de 15mm; indicada para uso em ambientes internos e externos cobertos; cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Folha	2952					
21	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE MDF</b> , Descrição: chapa de fibra de madeira de média densidade (MDF), revestida em ambas as faces; medidas mínimas de 183cm de largura, 275cm de comprimento e espessura mínima de 15mm; indicada para uso em ambientes internos e externos cobertos; cor a escolher, conforme disponibilidade no catálogo do fabricante.	Folha	983					
22	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo virola, composta por lâminas de madeira coladas sob pressão, com dimensões de 220cm x 160cm e espessura mínima de 4mm, indicado para divisórias internas e aplicações gerais em construção civil leve, em ambientes secos.	Folha	1815					
23	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo virola, composta por lâminas de madeira coladas sob pressão, com dimensões de 220cm x 160cm e espessura mínima de 4mm, indicado para divisórias internas e aplicações gerais em construção civil leve, em ambientes secos.	Folha	605					
24	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo madeirite, composta por lâminas de madeira prensadas e coladas com resina fenólica, resistente à umidade, medidas mínima de 220x110cm, espessura de 10mm, indicado para uso em obras temporárias, tais como tapumes, formas e andaimes.	Folha	1706					
25	*** COTA RESERVADA *** <b>CHAPA DE COMPENSADO</b> , Descrição: tipo madeirite, composta por lâminas de madeira prensadas e coladas com resina fenólica, resistente à umidade, medidas mínima de 220x110cm, espessura de 10mm, indicado para uso em obras temporárias, tais como tapumes, formas e andaimes.	Folha	568					

26	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CAIBRO</b> , Descrição: em madeira maçanduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	5060				
27	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>RIPA</b> , Descrição: em madeira maçanduba ou similar, aparelhado, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 5cm de largura e 1,5cm com de espessura.	Metro	7826				
28	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>SARRAFO</b> , Descrição: em madeira maçanduba ou similar, aparelhada, sem empena e rachaduras, medidas mínimas de 10cm de largura e 2cm de espessura.	Metro	7890				
29	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TÁBUA</b> , Descrição: em madeira mista, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 30cm largura e 2cm de espessura.	Metro	5569				
30	*** COTA RESERVADA *** <b>TÁBUA</b> , Descrição: em madeira mista, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 30cm largura e 2cm de espessura.	Metro	1856				
31	*** COTA PRINCIPAL *** <b>VIGOTA</b> , Descrição: em madeira maçanduba ou similar, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 10cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	4379				
32	*** COTA RESERVADA *** <b>VIGOTA</b> , Descrição: em madeira maçanduba ou similar, aparelhada, sem rachadura e empena, medidas mínimas de 10cm de largura e 5cm de espessura.	Metro	1459				
33	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELA DE VIVEIRO</b> , Descrição: confeccionado em arame galvanizado, fio 24 BWG, malha de 12,5mm, formato hexagonal, altura mínima de 1,00m, indicada para criação de pequenos animais e pássaros, bem como para a proteção de cultivos, hortas e plantas, entre outros usos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	522				
34	*** COTA RESERVADA *** <b>TELA DE VIVEIRO</b> , Descrição: confeccionado em arame galvanizado, fio 24 BWG, malha de 12,5mm, formato hexagonal, altura mínima de 1,00m, indicada para criação de pequenos animais e pássaros, bem como para a proteção de cultivos, hortas e plantas, entre outros usos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	174				
35	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELA DE ALAMBRADO</b> , Descrição: confeccionada em arame de aço galvanizado, fio 14 BWG, malha de 70mm, formato losangular (torção simples), altura mínima de 1,80m, indicada para o cercamento de quadras esportivas, campos de futebol, terrenos e perímetros diversos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	1449				
36	*** COTA RESERVADA *** <b>TELA DE ALAMBRADO</b> , Descrição: confeccionada em arame de aço galvanizado, fio 14 BWG, malha de 70mm, formato losangular (torção simples), altura mínima de 1,80m, indicada para o cercamento de quadras esportivas, campos de futebol, terrenos e perímetros diversos. Unidade de fornecimento: rolo com, no mínimo, 25 metros.	Rolo	482				
37	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo canaleta, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 600x49cm, espessura de 8mm.	Unidade	3027				
38	*** COTA RESERVADA *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo canaleta, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 600x49cm, espessura de 8mm.	Unidade	1009				
39	*** COTA PRINCIPAL *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo ondulada, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 183x110cm, espessura de 6mm.	Unidade	5175				
40	*** COTA RESERVADA *** <b>TELHA</b> , Descrição: tipo ondulada, em fibrocimento sem amianto, medidas mínimas de 183x110cm, espessura de 6mm.	Unidade	1724				
41	*** LICITAÇÃO EXCLUSIVA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 500 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	217				
42	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 1.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	172				

43	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 1.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	57				
44	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 3.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	90				
45	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 3.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	30				
46	*** COTA PRINCIPAL *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 10.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	90				
47	*** COTA RESERVADA *** <b>CAIXA D'ÁGUA</b> , Descrição: capacidade de 10.000 litros, formato cilíndrico, confeccionada em polietileno 100% atóxico, com tampa de encaixe sem parafusos, superfície interna lisa, própria para armazenamento de água potável.	Unidade	30				

O prazo para entrega dos materiais e ou equipamentos **será de até 15** (quinze) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

Declaramos que a garantia será conforme estabelecido no item 6.3 do Anexo I deste edital (Termo de Referência);

Declaramos de que entregaremos o (s) equipamento (s) e/ou peças comprovadamente novo (s) e sem uso.

OBS.: Segue anexo a nossa proposta:

- **prospecto ou catálogo original do fabricante ou, alternativamente, cópia de página oficial do fabricante na internet;**

- declaração de que não incorremos nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital;

- declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo do Anexo VII deste edital.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

(A proposta deverá conter: Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ, banco, agência e conta bancária)

### ANEXO III - DO EDITAL

#### MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

#### ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. *O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual foram feitas para* sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.
2. *A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são jurídico respectivo, a depender da matéria.*

#### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

O Distrito Federal / Autarquia ..... / Fundação....., (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por ..... intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ..... na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a)..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ..... , portador da



Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.  
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:  
1.3.1. O Termo de Referência;  
1.3.2. O Edital da Licitação;  
1.3.3. A Proposta do contratado;  
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.  
1.4. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)  
1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)  
1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.  
1.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.  
2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).  
2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.  
2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.  
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.  
2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar

OU

- 2.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

- 4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições  
4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:  
4.2.1.1. ....  
4.2.1.2. ....  
4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:  
4.2.2.1. ....  
4.2.2.2. ....  
4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.  
4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.  
4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.  
4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ....., perfazendo o valor total de R\$ .....

**OU**

5.2. O valor total da contratação é de R\$.....

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.20. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.28. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.30. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

- 10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133](#), de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

- 10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 10.3.1. BEM 1..... Valor
- 10.3.2. BEM 2 .....Valor
- ...
- 10.3.3. TOTAL ..... Valor total

OU

- 10.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato[\[A1\]](#).

OU

- 10.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 10.5.1. BEM 1..... Valor
- 10.5.2. BEM 2 .....Valor
- ...
- 10.5.3. TOTAL ..... Valor total

- 10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

- 10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 10.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

- 10.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).
- 10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.17.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.17.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).
- 10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.20.2. Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
- Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  - Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:  
[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
  - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### OU

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### OU

12.6. 1.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [\[A1\]](#) contraentes.

12.7. 1.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8. 1.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.9. 1.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.10. 1.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Das indenizações e multas.

12.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

- nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([ART. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da \_\_\_\_\_ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade:
- Fonte de Recursos:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Plano Interno:
- Nota de Empenho:



13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que: **(conforme o caso)**

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

18.2. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

18.3. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO IV - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

**M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

ANEXO V - DO EDITAL  
MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: \_\_\_\_/20

PROCESSO nº: \_\_\_\_\_.

PREGÃO nº: \_\_\_\_/20\_\_

**VALIDADE:** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na Secretaria/Órgão \_\_\_\_\_, localizada no \_\_\_\_\_, o *Secretário/Presidente* de \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº /2023, Processo SEI nº \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de \_\_\_\_\_, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.
- 1.3. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)
- 1.4. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei. (Redação sugerida pela SCG)
- 1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 1.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Redação sugerida pela SCG)

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão).... a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições con/das no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.
- 3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ITEM OBRIGATÓRIO)

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 6.4.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 6.4.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 6.4.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.5. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.8. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.9. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.10. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.
- 6.11. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.12. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:
- 6.12.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- 6.12.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 192, inc. XII, do Decreto nº 44.330, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 194, inc. IX, do Decreto nº 44.330, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do *EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.
- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.
- 12.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PREGÃO Nº		/20__			ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	
1º LUGAR						
EMPRESA						
CGC/CNPJ	INSC ESTADUAL		BANCO	AGÊNCIA	CONTA- CORRENTE	
TELEFONE		ENDEREÇO				

SÓCIO-DIRETOR				RG	CPF	
PROCURADOR				RG	CPF	
1º LUGAR						
ITEM	QTD ESTIMADA ANUAL	CÓDIGO SES	UN	QTD POR EMBALAGEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITARIO

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO VI - DO EDITAL

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO VII - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME EPP

A (LICITANTE) declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização deste pregão PE \_\_/20\_\_, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Representante da Proponente

Assinatura: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

ANEXO VIII - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_ como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE nº \_\_/201\_ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC, em atendimento a Lei Distrital nº 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: \_\_\_\_\_ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de \_\_\_\_\_ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE nº \_\_\_\_/201\_\_ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_.

representante legal do licitante

**Coordenação de Licitações COLIC/SCG/SECONT/SEEC**

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON DE SOUZA - Matr.0039256-1**, **Coordenador(a) de Licitações**, em 18/06/2026, às 10:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **rita de cássia godinho de campos - Matr.0261427-8**, **Pregoeiro(a)**, em 18/06/2026, às 10:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **205607755** código CRC= **C55CEA1F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 504 - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s): 3313-8497  
Site - [www.economia.df.gov.br](http://www.economia.df.gov.br)

04044-00022748/2026-37

Doc. SEI/GDF 205607755